



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>13609.000100/2011-08</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2401-011.820 – 2 <sup>a</sup> SEÇÃO/4 <sup>a</sup> CÂMARA/1 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	4 de junho de 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	CERA INGLEZA INDÚSTRA E COMÉRCIO LTDA SUCESSORA DE CERA FRASCOS SERVIÇOS LTDA
<b>RECORRIDA</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias**

Período de apuração: 01/01/2006 a 31/05/2007

OPÇÃO PELO SIMPLES. EXCLUSÃO DE OFÍCIO. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO.

A partir do período em que ocorreram os efeitos da exclusão do Simples, a empresa está sujeita às normas de tributação e de arrecadação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, cabendo o lançamento das contribuições sociais correspondentes.

EXCLUSÃO DO SIMPLES. SÚMULA CARF N° 77.

A possibilidade de discussão administrativa do Ato Declaratório Executivo (ADE) de exclusão do Simples não impede o lançamento de ofício dos créditos tributários devidos em face da exclusão.

ARROLAMENTO DE BENS. SÚMULA CARF N° 109.

O órgão julgador administrativo não é competente para se pronunciar sobre controvérsias referentes a arrolamento de bens.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Jose Luis Hentsch Benjamin Pinheiro, Matheus Soares Leite, Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Guilherme Paes de Barros Geraldi, Carlos Eduardo Avila Cabral e Miriam Denise Xavier (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração (e-fls. 02/26), Debcad nº 37.290.669-9, lavrado em nome do sujeito passivo acima identificado, referente a contribuições sociais a cargo da empresa destinadas à Previdência Social e a Terceiros, apuradas em decorrência da exclusão da empresa Cera Frascos Serviços Ltda do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) através do Ato Declaratório Executivo DRF/STL nº 08 de 11/02/2011, conforme detalhado no Relatório Fiscal (e-fls. 231/246).

De acordo com a autoridade lançadora, a Cera Frascos Serviços Ltda foi incorporada pela Cera Ingleza Indústria e Comércio Ltda em 15/06/2007. Considerando a exclusão da sucedida da opção pela sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 3º da Lei 9.317/96, o auditor efetuou o lançamento das diferenças de contribuições previdenciárias (parte patronal e Terceiros) incidentes sobre as bases de cálculo informadas em GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social no período de 01/2006 a 05/2007.

A Impugnação apresentada foi julgada improcedente pela 6<sup>a</sup> Turma da DRJ/BHE em decisão assim ementada (e-fls. 412/416):

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2006 a 31/05/2007

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EXCLUSÃO DO SIMPLES.

A pessoa jurídica excluída do Simples fica obrigada a recolher as contribuições destinadas à Previdência Social, relativas à quota patronal e das destinadas a outras entidades e fundos, denominados “Terceiros”, de acordo com a legislação aplicada às empresas em geral.

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE

As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário, suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

PRODUÇÃO DE PROVAS

A apresentação de provas no contencioso administrativo deve ser feita juntamente com a impugnação, precluindo o direito de fazê-lo em outro momento, salvo se fundamentado nas hipóteses expressamente previstas na legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal.

Cientificada do acórdão de primeira instância em 23/05/2013 (e-fls. 417/418, 450), a interessada interpôs Recurso Voluntário em 21/06/2013 (e-fls. 419/442) contendo os argumentos a seguir sintetizados.

- Solicita, em razão da íntima e estreita relação entre as demandas, a reunião do presente processo com processo nº 13609.001441/2010-10, no qual se discute a validade da exclusão do Simples, para que sejam julgados simultaneamente.

- Aduz que a DRJ, sem demonstração e sem provas, afirmou que a fiscalização teria deduzido dos valores apurados no lançamento os valores objeto de retenção de 11% que não foram compensados pela Cera Frascos Serviços Ltda.

- Defende a tempestividade do Recurso Voluntário.

- Alega a inexigibilidade do arrolamento de bens e direitos como condição para seguimento do Recurso Voluntário com base na decisão do STF na ADI nº 1.976 e no Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 09/2007.

- Solicita o sobrestamento deste processo até o pronunciamento do CARF sobre a exclusão do Simples discutida no processo nº 13609.001441/2010-10. Expõe que, declarada a ilegalidade/ilegitimidade da exclusão, as diferenças de contribuições previdenciárias supostamente reduzidas, incidentes sobre as bases de cálculo declaradas em GFIP, serão indevidas em razão da completa e absoluta incompatibilidade de sua cobrança com a sistemática adotada na Lei nº 9.317/96.

- Requer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário exigido.

## VOTO

Conselheira Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Relatora

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

Como já relatado, o Auto de Infração em análise refere-se a diferenças de contribuições incidentes sobre as bases de cálculo informadas em GFIP pela Cera Frascos Serviços Ltda no período de 01/2006 a 05/2007.

A empresa foi excluída da opção pelo Simples através do Ato Declaratório Executivo DRF/STL nº 08 de 11/02/2011, com efeitos retroativos a 17/10/2001, estando sujeita às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas a partir dessa data (e-fls. 224/228).

Relevante mencionar nesse ponto que a existência de discussão administrativa do referido Ato Declaratório Executivo (Processo nº 13609.001441/2010-10) não representa impedimento para o lançamento de ofício das diferenças devidas pela empresa em decorrência da exclusão do Simples. É nesse sentido o entendimento consolidado na Súmula CARF nº 77, com

efeito vinculante em relação à Administração Tributária Federal, nos termos da Portaria MF nº 277 de 07/06/2018:

A possibilidade de discussão administrativa do Ato Declaratório Executivo (ADE) de exclusão do Simples não impede o lançamento de ofício dos créditos tributários devidos em face da exclusão.

Em seu Recurso Voluntário, a interessada requer a distribuição por dependência e o sobrestamento do feito até o pronunciamento do CARF no Processo nº 13609.001441/2010-10.

Verifica-se, contudo, que a 2<sup>a</sup> Turma Extraordinária da 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento deste Conselho já concluiu pela manutenção da exclusão do Simples da empresa Cera Frascos Serviços Ltda em decisão com emenda abaixo reproduzida (Acórdão nº 1002-001.604 de 01/09/2020), não merecendo reparos o lançamento que aqui se examina.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2001,2002,2003,2004,2005, 2006,2007

NULIDADE

Verificada nos autos a inexistência de qualquer das hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 70.235/72, não há que se falar em nulidade.

PEDIDO DE PERÍCIA.

Deve ser indeferido o pedido de perícia, quando esta providência revela-se prescindível para instrução e julgamento do processo.

SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Simples)

Não poderão exercer opção ao Simples empresas que exerçam atividade expressamente vedada pela legislação vigente à época dos fatos.

Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica.

A pessoa jurídica deverá ser excluída do Simples, quando constatada a constituição por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual.

Quanto à alegação de que o acordão de primeira instância ratificou a dedução dos valores de retenção de 11% efetuada pela autoridade lançadora sem apresentar nenhuma demonstração, também não assiste razão à recorrente. Consta expressamente do Relatório Fiscal (e-fls. 241) que os valores objeto de retenção de 11% que não foram compensados pela empresa sucedida foram devidamente deduzidos dos créditos apurados no lançamento, tendo o auditor elaborado diversos demonstrativos (e-fls. 242/244) com o intuito de explicitar os valores considerados no Relatório de Lançamentos (e-fls. 23/26). Correta, portanto, a decisão recorrida.

Cabe esclarecer que o crédito tributário em litígio já se encontra com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, III, do Código Tributário Nacional. Presentes os pressupostos

definidos para a suspensão, esta se estabelece automaticamente, independentemente de manifestação da autoridade administrativa.

No que tange às alegações sobre o arrolamento de bens, aplica-se o disposto na Súmula CARF nº 109, com efeito vinculante em relação à Administração Tributária Federal:

O órgão julgador administrativo não é competente para se pronunciar sobre controvérsias referentes a arrolamento de bens. (Vinculante, conforme Portaria ME nº 129 de 01/04/2019, DOU de 02/04/2019).

Por todo o exposto, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll